

Editorial

General
José Luiz Pinto Ramalho



Na última edição da *Revista Militar*, expressámos uma opinião relativa aos desafios próximos que se colocavam tanto à União Europeia como à Aliança Atlântica, fruto das implicações do “brexit” e da Cimeira da OTAN, em Varsóvia, tendo presente as declarações que iam sendo proferidas relativamente ao diálogo com a Rússia, considerando a actual situação na Ucrânia.

Em relação à União Europeia, o que se torna evidente é que a Alemanha, querendo assumir uma liderança no processo futuro europeu, não conseguiu afastar as desconfianças internas, quer no seu quadro nacional quer no contexto dos países membros. Primeiro, foi a reunião com a França e com a Itália, o que não agradou à Espanha, e depois foi o anúncio do encontro com os países fundadores, o que levantou desconfianças nos restantes que se sentiram excluídos; seguiu-se o anúncio do encontro dos países de Visegrado, em Varsóvia, e, mais recentemente, a reunião de Atenas com os países do sul da Europa.

Tudo isto tendo ainda por pano de fundo um discurso rígido dos países nórdicos, a favor da austeridade, a par da mesma atitude de inflexibilidade do Eurogrupo, tornando notória uma fratura política, em termos de perceção social e económica, relativamente às opções futuras da União nestes domínios, tornando evidente uma clivagem entre a Europa do Norte e a do Sul. Também a Comissão parece viver alheada das realidades da atual conjuntura estratégica quando, perante as declarações do Presidente Hollande e do Vice-Chanceler alemão Sigmar Gabriel, que se pronunciaram sobre o impasse e o provável fim do *Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP)* com os EUA, um Comissário veio referir que isso eram declarações para consumo interno, que tinham um mandato para conduzir as negociações e que as mesmas iriam continuar, assumindo-se como uma entidade supranacional, cuja vontade parece querer impor-se à dos Governos.

Parece ser claro que a União vive um período de ausência efetiva de liderança, reconhecida pela justeza das opções políticas e pela defesa dos valores da solidariedade e da coesão, que estão na base da sua formação, assumindo a próxima Cimeira de

Bratislava, em meados de setembro, um papel crucial na coesão política, económica e social, relativamente às políticas que vier a delinear para o futuro próximo, incluindo a maneira como irá lidar com o Reino Unido e com as consequências do “brexit”.

Relativamente à Aliança Atlântica, é conhecido o Comunicado da Cimeira de Varsóvia e deve ser referido, que um documento com 139 entradas listando temas distintos é mais um documento destinado a que contenha as posições expressas por todos os países membros e assim tornar fácil o consenso e a sua aprovação, do que na realidade uma orientação estratégica, para lidar com a actual conjuntura e resolver dificuldades internas da OTAN, quer no domínio da coesão política quer das suas capacidades militares, quer ainda de uma relação clara e complementar, neste âmbito, com a União Europeia.

Sobre aqueles que eram os objetivos da Cimeira da OTAN, em Gales, expressos em 2014, designadamente no reforço das capacidades da Aliança e no colmatar das lacunas detetadas, através de um crescimento dos orçamentos de defesa e do investimento neste âmbito, tanto o Comunicado Final da Cimeira como a Declaração dos Chefes de Estado e de Governo limitaram-se a referir que “cinco dos países membros atingiram os 2% do PIB, relativamente aos orçamentos de defesa e que a dissuasão continua a basear-se numa complementaridade estratégica de forças convencionais e nucleares e na capacidade de defesa contra mísseis balísticos”.

Terminada a “silly season”, voltamos à realidade pura e dura da conjuntura estratégica atual, com os desafios do terrorismo global, da crise dos refugiados, da situação na Síria e na Ucrânia, mas também na Líbia e na Turquia, onde uma “purga” levada a cabo pelo Governo, prende cerca de 8000 militares e polícias e afasta de funções cerca de 50000 cidadãos, perante a passividade dos defensores dos direitos humanos na comunidade internacional e, ainda, a continuada crise das dívidas soberanas. Neste último domínio, salienta-se a fragilidade e a instabilidade evidenciadas pela Banca, o que naturalmente gera desconfiança nas opiniões públicas e levanta a interrogação, relativamente a quem cabe a condução da política, se aos governos se ao capital financeiro.

* Presidente da Direção da *Revista Militar*.